

Sicredi UniãoMS

Ano XXII nº 1 - Fevereiro / 2013

Informativo da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União Mato Grosso do Sul



O ganha-ganha está e volta. Quanto mais você opera com a Cooperativa, mais aumentam as chances e possibilidades de ganhos de prêmios valiosos. Veja os detalhes na página 10.



Milhões
DE AMIGOS
Milhões
DE CHANCES
PRA GANHAR



Fatos relevantes

Mudança de nome e de modelo de gestão, inauguração da UA de Corumbá e os prêmios conquistados pelo Sicredi. Veja o painel de fatos importantes que marcaram o último trimestre de 2012, na página 3.

Balanco de 2012 demonstra crescimento

Todo o roteiro e resultados alcançados pela Cooperativa em 2012 estão descritos, na forma de números, nas páginas centrais. Há também pareceres técnicos e outros documentos relevantes nas páginas 4 a 9. Transparência, resultados positivos e competência são as palavras chaves. Confira!

Deliberar e rever amigos

Tomar decisões de negócios em companhia de amigos e sócios. A realização das assembleias de núcleos proporciona essa experiência produtiva e agradável. Confira o calendário na página 10.

Editorial

Cooperativas de crédito crescem mais que Bancos no Brasil

“O ano de 2012 foi bom para as cooperativas de crédito no Brasil. Os ativos dessas instituições romperam a marca histórica da centena de bilhões, alcançando R\$ 103,15 bilhões em setembro, segundo consolidação dos balanços enviados no último trimestre ao Banco Central.” A informação abre a matéria publicada no jornal Valor Econômico, edição de 08 de janeiro do corrente ano.

Esses resultados positivos são desdobramentos do processo de modernização da governança deste segmento financeiro, o que inclui desde as recomendações claras de fusão e/ou incorporação das cooperativas com menos condições de crescimento individual, até a adoção de modernas técnicas de planejamento e gestão.

Um “saúdável” processo de concentração para ganhar escala explica o descompasso entre a evolução do número de cooperativas singulares e o crescimento dos demais indicadores do segmento, diz Luiz Edson Feltrim, diretor de relações institucionais do Banco Central, em entrevista ao jornal Valor Econômico, na matéria acima citada.

Há ainda a tendência das cooperativas se abrirem de vez para o mercado financeiro em geral, mudando sua condição de captação limitada em determinados nichos, para a livre admissão de associados nas praças em que atuam.

Todos esses processos são regulamentados e fiscalizados pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário Nacional do Brasil.

O Sistema Cooperativo do Brasil há cerca de uma década vem mostrando números para lá de positivos e animadores para a sociedade em geral, conforme avaliação do Banco Central.

“Com mais de seis milhões de associados, linha ultrapassada em junho, e um estoque de empréstimos e financiamentos que cresceu mais de 600% nos últimos dez anos. Se formassem um banco, o conjunto das cooperativas corresponderia ao oitavo maior conglomerado financeiro do país em ativos totais. Em rede própria de atendimento, seriam o terceiro maior conglomerado, com mais de 5 mil pontos atingidos em novembro, atrás apenas do Banco do Brasil e Bradesco”, diz a matéria do jornal Valor.

Os dados mostram que em 2012, até setembro, o Cooperativismo cresceu num ritmo mais forte que o do conjunto do SFN-Sistema Financeiro Nacional, tanto em ativos totais quanto em saldo de operações de crédito. A velocidade de avanço do patrimônio líquido e dos depósitos captados também superou a média.

Isso parece ratificar que o negócio cooperativo de crédito é seguro e tem credibilidade, mesmo experimentando a crise financeira mundial, a qual afetou a saúde financeira de praticamente todas as instituições do gênero, no planeta.

A Sicredi União MS (nova nome da Sicredi Federal-MS) também se insere nesse processo de atualização permanente. Assim, já está oficialmente operando com

o modelo de gestão semelhante às mais modernas empresas do mundo empresarial, no qual os poderes e funções de planejamento e de gestão são independentes, mas continuam fortemente integrados.

A Cooperativa tem se modernizado dia-a-dia, incorporando uma política de uso compartilhado de unidades de atendimentos e seus planos de expansão são estudados e testados à exaustão, com base nas mais modernas técnicas de mercado, antes de serem postos em prática.

Esse esforço de gestão tem lhe proporcionado resultados altamente positivos e alentadores, praticados de forma sistêmica em todas as cooperativas do Sicredi.

Por falar em resultados positivos, veja e comprove os balanços financeiros e demais peças do relatório anual (2012) da Instituição. Neles, pode-se facilmente perceber que o termo “transparência” é aplicado em todo o seu esplendor pelos gestores da Cooperativa.

Ano novo, desafios também novos e maiores.

Celso Ramos Regis
Presidente



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão União Mato Grosso do Sul – Sicredi União MS, usando das atribuições conferidas pelo Art. 14 do Estatuto Social, convoca os senhores delegados que nesta data somam 39 (trinta e nove), para se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no An?teatro do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no MS – OCB/MS, localizado na Rua Ceará, 2245, em Campo Grande-MS, no dia 19 de abril de 2013, às 19h (dezenove horas), com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos delegados, para deliberar sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, compreendendo:
 - Relatório da Gestão;
 - Balanço dos dois semestres do exercício;
 - Demonstrativo das Sobras;
 - Parecer da Auditoria Independente;
 - Parecer do Conselho Fiscal;
- 2) Destinação das Sobras do Exercício de 2012;
- 3) Eleições dos membros do Conselho Fiscal;
- 4) Plano de utilização dos recursos do FATES;
- 5) Fixação do valor dos honorários e Cédula de Presença para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
- 6) Outros assuntos de interesse social (caráter não deliberativo).

Campo Grande-MS, 21 de fevereiro de 2012.

Celso Ramos Regis
Presidente

OBSERVAÇÕES:

1. A Assembléia não se realizará na sede social da Cooperativa por falta de acomodações.
2. A listagem dos associados, que nesta data somam-se, 12.065 (doze mil e sessenta e cinco), que integram os Núcleos de Associados, encontra-se disponível nas Unidades de Atendimento da Cooperativa.

Expediente

Informativo Sicredi União MS

Uma Publicação Oficial da Sicredi União MS
www.sicredi.com.br • (67) 3323-6800
Cidade Universitária – Setor Bancário
Campo Grande – MS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Celso Ramos Régis
Diretor Administrativo - Ivan Fernandes Pires Junior
Conselheiros:
Alberto Rikito Tomaoka, Alessandro G. de Souza
Arruda, Gilberto Begena, Samuel Urias Pires e
Valdeci Dias Medrado

DIRETORIA

Diretor Executivo: Luis Guilherme Salles Trindade
Diretor de Operações: Alberto Rikito Tomaoka

CONSELHO FISCAL

Alfredo Carvalho do Quadro,
Marco Aurélio Stefanés, Nivalci Barbosa de Oliveira,
Rildon Vaz da Silva e Romildo José Dias

NÚCLEO CENTRAL

Coordenador: Antônio Carlos Machado
Suplente: Maria Francisca Ribeiro Resende
Colaboradores: Alfredo Vicente Pereira e
Sebastiana Mendonça Monteiro

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

David Trigueiro DRT/MS 102

FOTOS:

Marcos Vaz e David Trigueiro

EDITORIAÇÃO/ARTE FINAL:

Editora OESTE

IMPRESSÃO E ACABAMENTO:

Editora UFMS

Sicredi União MS

O novo nome da Cooperativa agora é Sicredi União MS. Ele foi aprovado junto com a mudança para o regime de Livre Admissão de Associados, em dezembro de 2012, na Assembleia Geral Extraordinária.

O projeto de transformação para o novo modelo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2012, após cerca de dois anos de estudos técnicos, projeções e avaliações da saúde financeira da Cooperativa, do seu modelo de gestão e de seus dirigentes, realizados pelo Sistema Sicredi através da Central que congrega os estados de MS, GO e TO, pelos auditores externos e especialmente pela Gerência Técnica do Banco Central, em Curitiba.

O ganho em escala, o acesso a novos produtos, o incremento dos recursos administrados e a possibilidade de garantir melhores condições negociais aos associados são as principais vantagens da transformação em Livre Admissão.

Aliado a isso, também está a maior exigência de profissionalização dos dirigentes e gestores, bem como de todo o sistema operacional da Cooperativa, tudo em conformidade com a Lei Complementar 130 e os normativos do Conselho Monetário, em especial a resolução 3859/10.

Dia dos Aposentados agitado na Cooperativa

Três palestras interativas com a participação de mais de 100 pessoas animadas. Foi assim o dia 24 de janeiro passado, na sede do Armazém Sicredi, durante a comemoração do Dia dos Aposentados. O evento foi promovido pela Cooperativa, através dos Núcleos dos Aposentados e pelo SISTA – Sindicato dos Servidores Técnicos Administrativos da UFMS, com apoio da Associação dos Pensionistas e Aposentados da UFMS-AAPP e Associação dos Servidores-ASSUFMS.

Os temas abordados nas palestras foram: como prevenir as quedas dos idosos; os projetos do SISTA para 2013 e educação financeira: cuidar para crescer. No final houve distribuição de brindes e uma deliciosa confraternização.

O ambiente de energia positiva foi contagiante e agradável. E se depender dos Núcleos de Aposentados, o ano de 2013 terá muitas realizações. A conferir!



Unidade de Atendimento em Corumbá

A Unidade de Atendimento na cidade de Corumbá será inaugurada no início de março. Mas a movimentação já começou na cidade branca. Há uma grande expectativa quanto ao crescimento do número de associados e de negócios por lá.

O projeto de instalação da Unidade é uma antiga reivindicação dos associados daquela cidade (especialmente os servidores federais), que durante as Assembleias do Núcleo de Corumbá realizadas nos últimos anos repetiam o pedido para a instalação da Unidade.

“Lutamos muito, fizemos diversas reuniões com os associados e com a Diretoria da Cooperativa, sabíamos das

dificuldades para viabilizar a Unidade, mas com a transformação da Cooperativa em Livre Admissão deu a condição necessária para termos nosso sonho realizado”, enfatizou com orgulho o Coordenador do Núcleo, Delfino Almeida.

A Unidade será instalada na rua Treze de Junho 1211, esquina com a rua Quinze de Novembro, próximo à Praça da Independência, no centro da cidade. A reforma do prédio está em fase final, garantindo inclusive a sua preservação como patrimônio histórico. “Teremos aqui uma das melhores instalações em prédios dessa natureza em todo o Sicredi”, garante o futuro Gerente da Unidade, Diogo Pelissaro.



DELEGADOS EM ASSEMBLEIA NO MOMENTO DE VOTAÇÃO

OCB Projetos premiados em 2012

A entrega dos prêmios às 21 cooperativas brasileiras vencedoras da oitava edição do Prêmio Cooperativa do Ano ocorreu no mês de novembro, em Brasília. O evento, promovido pelo Sistema OCB e pela revista Globo Rural, foi festejado, especialmente por ser 2012, o Ano Internacional das Cooperativas, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Um a um, os projetos considerados modelo para o setor, em várias áreas de atuação foram destacados. Segundo o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, alguns desses projetos “são simples, mas muito bem aplicados e geridos. Eles são o segredo do sucesso de uma cooperativa, que é uma empresa, com algumas diferenças. É importante mostrarmos essas ideias para todo mundo e homenagear aqueles que fazem dar certo”.

As 21 vencedoras ganharam troféus e diplomas, e a primeira colocada em cada categoria recebeu dois pacotes de viagem para o berço do Cooperativismo brasileiro, a cidade de Nova Petrópolis (RS).

Sicredi União MS

(CAMPEÃ ESTADUAL)

Projeto: Centro de Convivência Armazém Sicredi União MS

Objetivo: Oferecer integração e inclusão dos associados do núcleo dos aposentados e comunidade local através dos cursos de informática, culinária, artesanato e curso de reaproveitamento de banners

descartados pelas Cooperativas do Sicredi de Campo Grande – MS.

O projeto foi premiado, em âmbito estadual, com o Selo de Referência e também finalista, na fase nacional, na categoria fidelização.



Sicredi Brasil Central

(CAMPEÃ NACIONAL)

Projeto: Núcleo Empresarial Cooperativo (NEC). Obteve o 1º lugar, no âmbito nacional, na categoria atendimento.

Objetivo: oferecer espaço e serviço especiais aos associados pessoa jurídica, cujo ambiente estimule à integração e realização de parcerias e de negócios. Extrapola em muito o conceito de sala VIP.



PRESIDENTE DA OCB NACIONAL ENTREGANDO PRÊMIO A CELSO FIGUEIRA DO SICREDI BRASIL CENTRAL.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2012 na Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul - Sicredi Federal MS.

1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul - Sicredi Federal MS encerrou o exercício de 2012 com ativos totais de R\$ 114.228 mil, aumento de 40,22% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2012 R\$ 76.427 mil, com evolução de 31,71% em relação ao mesmo período de 2011.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2012, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis AA até C, somaram R\$ 62.827 mil, representando 82,10% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis D a G, totalizaram R\$ 11.120 mil, compondo 14,53% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível H e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 2.580 mil ou 3,37% do total (NE 04c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 103.164 mil em dezembro de 2012, com incremento de 43,65% em relação ao mesmo período de 2011.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 44.328 mil, com crescimento de 54,97% em relação a dezembro de 2011. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 54,40% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 21.762 mil.

Os recursos de terceiros são captados pela Cooperativa e administrados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. São formados por Fundos de Investimentos, Poupança e Previdência e no final do exercício de 2012 totalizaram R\$ 25.612 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2012 um patrimônio líquido de R\$ 36.964 mil, tendo um aumento de 27,26% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. PLANO DE NEGÓCIOS

No exercício de 2012 a Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à concessão de autorização para funcionamento

ou alteração estatutária, em conformidade com o disposto no artigo 11 da Res. CMN nº 3.859.

O plano de negócios foi elaborado com projeções para os exercícios de 2012, 2013 e 2014, sendo que o desempenho apresentado foi satisfatório, estando amplamente atingidas todas as unidades projetadas.

3. CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face à complexidade dos serviços e produtos ofertados e à crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes às atividades exercidas no seu campo de atuação. A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados às estratégias globais do negócio e às demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

4. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos do Acordo de Basileia II. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

A política de gerenciamento do risco operacional constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação dos dispositivos de monitoramento, controle e mitigação, definindo as

responsabilidades dos envolvidos de acordo com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

As atividades de gerenciamento do risco operacional no Banco Cooperativo Sicredi S.A. e empresas controladas estão sob responsabilidade da Superintendência de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional, vinculada diretamente à Presidência Executiva, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

A Área centralizada, sob a responsabilidade da Gerência de Políticas e Projetos de Crédito e Risco do Banco Cooperativo Sicredi S.A. e subordinada à Diretoria de Economia de Crédito da mesma instituição, responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema. Essa unidade tem como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

IV - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos, assim como das políticas e práticas comuns ao Sistema Sicredi podem ser acessadas por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: "Conheça o Sicredi | Segurança|Estrutura | Banco Cooperativo Sicredi".

02 - BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31/12/2012 (em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2012	31/12/2011	PASSIVO	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE	80.861	56.484	CIRCULANTE	76.217	51.965
DISPONIBILIDADES (NOTA 20)	1.670	1.422	DEPÓSITOS	66.090	42.699
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 05)	-	110	Depósitos à Vista	21.762	14.095
Carteira Própria	-	110	Depósitos a Prazo	44.328	28.604
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	31.264	16.969	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6.008	5.445
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	166	28	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	16	9
Correspondentes no país	105	-	Repasse Interfinanceiros (NOTA 08)	5.992	5.436
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 20)	30.993	16.941	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	110	72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)	45.723	34.967	Recursos em Trânsito de Terceiros	110	72
Operações de Crédito	49.589	38.304	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 09)	128	832
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.866)	(3.337)	Empréstimos País - Outras Instituições	128	832
OUTROS CRÉDITOS	1.559	1.954	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.881	2.917
Rendas a Receber	280	854	Cobrança e Arrecadação de Tributos	10	7
Diversos (NOTA 05)	1.291	1.103	Sociais e Estatutárias	691	533
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(12)	(3)	Fiscais e Previdenciárias	543	391
OUTROS VALORES E BENS	645	1.062	Diversas (NOTA 10)	2.637	1.986
Outros Valores e Bens	636	1.049	NÃO CIRCULANTE	1.047	453
Despesas Antecipadas (NOTA 06)	9	13	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	25.337	18.402
NÃO CIRCULANTE	33.367	24.980	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.047	453
OPERÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)	25.337	18.402	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.047	453
Operações de Crédito	26.838	19.724	Repasse Interfinanceiros (NOTA 08)	1.047	453
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.501)	(1.322)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36.964	29.046
PERMANENTE	8.030	6.578	CAPITAL SOCIAL (NOTA 13)	24.553	19.919
INVESTIMENTOS (NOTA 07a)	5.208	4.441	De Domiciliados no País	34.454	26.899
Outros Investimentos	5.208	4.441	(Capital a Realizar)	(9.901)	(6.980)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 07b)	2.123	1.562	RESERVAS DE LUCROS	11.129	8.338
Imóveis de Uso	558	146	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.282	789
Outras Imobilizações de Uso	3.372	2.909			
(Depreciação acumulada)	(1.807)	(1.493)			
INTANGÍVEL (NOTA 07c)	699	575			
Outros Ativos Intangíveis	1.181	787			
(Amortização acumulada)	(482)	(212)			
TOTAL DO ATIVO	114.228	81.464	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	114.228	81.464

03 - DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRES - Em 31/12/2012 (em milhares de reais)

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2012 a 31/12/2012			01/01/2012 a 31/12/2012			01/01/2011 a 31/12/2011		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.684	5	11.689	22.364	18	22.382	17.561	83	17.644
Operações de Crédito	11.684	5	11.689	22.364	18	22.382	17.561	83	17.644
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.803)	(12)	(4.815)	(8.281)	(25)	(8.306)	(7.119)	(33)	(7.152)
Operações de Captação no Mercado	(1.340)	(2)	(1.342)	(2.693)	(2)	(2.695)	(2.723)	(2)	(2.725)
Operações de Empréstimos e Repasses	(180)	(10)	(190)	(382)	(23)	(405)	(480)	(30)	(510)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.283)	-	(3.283)	(5.206)	-	(5.206)	(3.916)	(1)	(3.917)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.881	(7)	6.874	14.083	(7)	14.076	10.442	50	10.492
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.769)	381	(4.388)	(8.594)	778	(7.816)	(6.791)	664	(6.127)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.047	986	2.033	2.155	1.942	4.097	1.540	1.596	3.136
Rendas de Tarifas Bancárias	939	3	942	1.646	6	1.652	1.183	9	1.192
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(3.067)	(178)	(3.245)	(6.079)	(362)	(6.441)	(4.863)	(272)	(5.135)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(2.874)	(449)	(3.323)	(5.275)	(862)	(6.137)	(3.757)	(658)	(4.415)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(19)	(51)	(70)	(27)	(99)	(126)	(11)	(89)	(100)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 17)	1.551	174	1.725	3.431	359	3.790	3.498	251	3.749
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(2.346)	(104)	(2.450)	(4.445)	(206)	(4.651)	(4.381)	(173)	(4.554)
RESULTADO OPERACIONAL	2.112	374	2.486	5.489	771	6.260	3.651	714	4.365
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(155)	(155)	4	(156)	(152)	(2)	(5)	(7)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.112	219	2.331	5.493	615	6.108	3.649	709	4.358
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(61)	(61)	-	(182)	(182)	-	(204)	(204)
Provisão para Imposto de Renda	-	(32)	(32)	-	(102)	(102)	-	(116)	(116)
Provisão para Contribuição Social	-	(29)	(29)	-	(80)	(80)	-	(88)	(88)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	2.112	158	2.270	5.493	433	5.926	3.649	505	4.154
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	433	(433)	-	505	(505)	-
SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	2.112	158	2.270	5.926	-	5.926	4.154	-	4.154
DESTINAÇÕES	-	-	-	(4.644)	-	(4.644)	(3.365)	-	(3.365)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.425)	-	(1.425)	(1.328)	-	(1.328)
Fates - Estatutário	-	-	-	(428)	-	(428)	(283)	-	(283)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(2.565)	-	(2.565)	(1.695)	-	(1.695)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(226)	-	(226)	(59)	-	(59)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	1.282	-	1.282	789	-	789

4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31/12/2012 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2011	16.584	6.584	881	24.049
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	436	-	(436)	-
Outras destinações	-	-	(445)	(445)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.819	-	-	2.819
Baixas de capital	(1.038)	-	-	(1.038)
Resultado do período	-	-	4.154	4.154
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(283)	(283)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.695	(1.695)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.118	-	(1.328)	(210)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	59	(59)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2011	19.919	8.338	789	29.046
Mutações do Período	3.335	1.754	(92)	4.997
Saldos no início do período em 01/01/2012	19.919	8.338	789	29.046
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	388	-	(388)	-
Outras destinações	-	-	(401)	(401)
Capital de associados				
Aumento de capital	4.052	-	-	4.052
Baixas de capital	(1.005)	-	-	(1.005)
Resultado do período	-	-	5.926	5.926
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(428)	(428)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.565	(2.565)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.199	-	(1.425)	(226)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	226	(226)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2012	24.553	11.129	1.282	36.964
Mutações do Período	4.634	2.791	493	7.918
Saldos no início do período em 01/07/2012	21.726	8.338	3.656	33.720
Capital de associados				
Aumento de capital	2.029	-	-	2.029
Baixas de capital	(400)	-	-	(400)
Resultado do período	-	-	2.270	2.270
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(428)	(428)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.565	(2.565)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.198	-	(1.425)	(227)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	226	(226)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2012	24.553	11.129	1.282	36.964
Mutações do Período	2.827	2.791	(2.374)	3.244

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

5 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em 31/12/2012 (em milhares de reais)

	01/07/2012 a 31/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012	01/01/2011 a 31/12/2011
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	5.699	11.457	8.359
Resultado do exercício	2.270	5.926	4.154
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.429	5.531	4.205
(Reversão) Provisão para operações de crédito	3.283	5.206	3.917
(Reversão) Provisão de títulos e valores mobiliários	5	11	-
Depreciação do imobilizado de uso	220	406	330
Amortização do intangível	148	270	212
Baixas do ativo permanente	21	26	3
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	-	10	130
Absorção de dispêndios pelo FATES	(248)	(398)	(387)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	5.628	2.821	(1.495)
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	1.080	(138)	(26)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(31)	(105)	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	(10.655)	(22.897)	(12.994)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(216)	1.157	2.934
(Aumento) Redução em outros créditos	333	310	(826)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	133	417	(622)
Aumento (Redução) em depósitos	13.998	23.391	10.618
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	24	38	8
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	128	(704)	149
(Redução) Aumento em outras obrigações	834	1.352	(736)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	11.327	14.278	6.865
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(5)	(11)	-
Aquisição de Investimentos	-	(767)	(528)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(336)	(993)	(579)
Aplicações no Intangível	(121)	(394)	(504)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(462)	(2.165)	(1.611)
Integralização de capital	3.227	5.639	4.373
Baixa de capital	(400)	(1.005)	(1.038)
Destinações ao FATES	(428)	(428)	(283)
Juros ao capital próprio	(1.425)	(1.425)	(1.328)
Distribuição de Sobras	-	(789)	(881)
Dividendos SicrediPar	(47)	85	61
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	927	2.077	904
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	11.792	14.190	6.158
Caixa e equivalente de caixa no início do período	(Nota 20)	20.871	18.473
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	(Nota 20)	32.663	32.663

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

5 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul - Sicredi Federal MS, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 26/08/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

Iniciou suas atividades como Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul, sendo que em 01/12/2012 teve sua natureza jurídica alterada para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul - Sicredi Federal MS, amparada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.442/07.

A Cooperativa é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo. O objetivo deste fundo é fornecer ao associado cobertura similar à oferecida pelo FGC aos clientes dos bancos, ou seja, garantia de seus depósitos à vista e a prazo e seus saques mediante aviso prévio. Utiliza-se também dos mesmos limites operacionais do FGC das demais instituições financeiras, como a cobertura de depósitos em até R\$ 70 mil e destinações promovidas objetivando ações preventivas ou corretivas visando sempre à estabilidade econômico-financeira da Cooperativa. Estes Fundos são compostos na sua maioria entre Fundo Garantidor de Solidez e Fundo Garantidor de Depósitos.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil - Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa está sendo elaborada de acordo com o CPC 03. Sendo assim, foi efetuada a reclassificação dos grupos de Depósitos, Relações Interdependências Passivas e Obrigações por Empréstimos e Repasses, que no exercício anterior estavam classificados em Atividades de Investimento passando a ser classificados como Atividades Operacionais. Esta reclassificação não altera valores dos grupos de contas contábeis, apenas os subtotais dos grupos de Atividades Operacionais e Financiamentos.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2013.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. As operações de crédito com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro rata die" e calculados com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

c) Componentes de caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem, Caixa e depósitos bancários, Aplicações Interfinanceiras, Relações interfinanceiras - centralização financeira. As aplicações financeiras de liquidez estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do período, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, exceto para as operações em que os instrumentos financeiros derivativos são contratados em operação associada a operação de captação ou aplicação de recursos pelo mesmo valor, prazo e com a mesma contraparte da operação associada, inclusive em caso de liquidação antecipada, de acordo com a Circular Bacen nº 3.150/02.

e) Operações ativas e passivas

Pré fixadas: as operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos prefixados contabilizam-se pelo valor presente, registrando-se as rendas e os encargos a apropriar em subtítulo de uso interno do próprio título ou subtítulo contábil utilizado para registrar a operação.

Pós fixadas: as operações ativas e passivas contratadas com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes contabilizam-se pelo valor do principal, a débito ou a crédito das contas que as registram. Essas mesmas contas acolhem os juros e os ajustes mensais decorrentes das variações da unidade de correção ou dos encargos contratados, no caso de taxas flutuantes.

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Operações de crédito e provisão de crédito

As operações de crédito, e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução no 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução no 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do associado
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução no 2.682/99 do CMN.

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculadas “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de face, retificadas por conta de rendas a apropriar.

A provisão para perdas com as operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a classificação das operações por nível de risco.

h) Permanente

Investimentos: estão demonstrados ao custo de aquisição.

Imobilizado de uso: corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Permanente”, item “b”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Intangível: está representado por investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação Sicredi, os quais são contabilizados nas Centrais e repassados às cooperativas, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

i) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

j) Redução ao valor recuperável de ativo não financeiros (“impairment”)

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566/08, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei nº 11.638/07, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e bens não de uso próprio, são revistos anualmente em outubro para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

A adoção desta norma, para os bens de maior valor e relevância, após inventário físico e análise dos indicadores de desvalorização, não produziu efeitos sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2012.

k) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

l) Outros créditos - Títulos e créditos a receber - Operações com cartão de crédito

Os valores a receber representam os valores a faturar dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Visa e Cartões Sicredi. Para pagamentos efetuados pelo valor mínimo da fatura (rotativo), as operações são reclassificadas para Operações de Crédito no grupo de Financiamentos.

m) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

o) Passivos contingentes - Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisionados com base em opinião de assessores jurídicos, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho da causa. A Cooperativa provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. A seguir o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

Provisões para riscos trabalhistas - Constituídas quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado conforme subsídios recebidos dos assessores jurídicos.

Provisões para riscos cíveis - Constituídas quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos que considera a jurisprudência, os subsídios fáticos levantados, as provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

p) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata die”, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração e revisadas a cada semestre, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2012			31/12/2011
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	41.622	23.759	65.381	50.590
Financiamentos	1.680	2.155	3.835	1.675
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.287	924	7.211	5.763
Carteira total	49.589	26.838	76.427	58.028

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2012				31/12/2011	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.096	11.455	22.208	23.222	57.981	43.770
Pessoas Jurídicas - Ramo Rural	-	27	18	34	79	98
Pessoas Jurídicas - Ramo Industrial	-	45	19	26	90	50
Pessoas Jurídicas - Ramo Comércio	142	1.835	854	672	3.503	2.138
Pessoas Jurídicas - Outros Serviços	584	5.624	5.682	2.884	14.774	11.972
Total	1.822	18.986	28.781	26.838	76.427	58.028

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Nível A	29.577	24.918	148
Nível B	19.946	20.259	199	203
Nível C	13.304	5.412	399	162
Nível D	8.161	2.663	816	266
Nível E	1.631	677	489	203
Nível F	989	423	494	212
Nível G	339	1.094	237	766
Nível H	2.580	2.687	2.580	2.687
Total (i)	76.527	58.133	5.362	4.624

valores em milhares de Reais

A partir deste exercício, as cobranças assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., passaram a ser registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, sendo transferidas da rubrica 1.6.9.40.00-6 em atendimento ao Cosif.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2012			31/12/2011
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber	100	-	100	105
Total	100	-	100	105

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2012	31/12/2011
Renegociadas	2.607	2.085
Lançadas contra prejuízo	7.687	2.662
Recuperadas de prejuízo	492	980

valores em milhares de Reais

NOTA 05 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2012			31/12/2011
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	45	-	45	36
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta*	594	-	594	540
Devedores por depósitos em garantia	174	-	174	174
Impostos e contribuições a compensar	4	-	4	4
Títulos e créditos a receber	100	-	100	105
Devedores diversos - País **	374	-	374	244
Total	1.291	-	1.291	1.103

valores em milhares de Reais

* Do saldo de R\$ 594 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 591 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

Reclassificado valores de “Adiantamentos para pagamentos de nossa conta” para “Outros Ativos Intangíveis”, no grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação.

** A conta Devedores Diversos, está assim composta:

* A partir deste exercício, os valores referentes aos Correspondentes Cooperativos devedores onde são registrados os fluxos de recursos que se processam com terceiros, passaram a ser registrados na rubrica 1.4.4.30.00-6 - Correspondentes no país, sendo transferida da rubrica 1.8.8.92.00-4 Devedores diversos - país, em atendimento ao Cosif.



NOTA 06 – DESPESAS ANTECIPADAS

Devedores Diversos - País	31/12/2012		31/12/2011	
Diferenças de caixa		3		-
Pendências a regularizar		198		-
Valores honorados		11		2
Pendências a regularizar - extrato		1		-
Correspondentes Cooperativos devedores*		-		73
Pendência - processos centralizados		9		16
Outros devedores		-		115
Pendência - Cartão Visa		36		11
Saques redes externas a receber		1		1
Transitória saques - Cartão Sicredi		2		6
Transitória de pagamentos - Cartão Sicredi		-		1
Transitória CDA - Cartão Sicredi		-		2
Estabelecimento credenciado cartão múltiplo a receber		22		-
Cartão múltiplo a receber - Cooperativas		1		-
Outros devedores cartão múltiplo		90		17
Total		374		244

valores em milhares de Reais

NOTA 07 – PERMANENTE

a) Investimentos

Despesas Antecipadas	31/12/2012			31/12/2011	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Prêmios de seguros	8	-	8		1
Tributos	1	-	1		-
Outras despesas antecipadas	-	-	-		12
Total	9	-	9		13

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2012	31/12/2011
Cooperativa Central Sicredi	3.004	2.448
Sicredi Participações S.A.	2.202	1.991
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	1	-
Outras Participações	1	-
Total	5.208	4.441

valores em milhares de Reais

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

c) Intangível

Imobilizado de Uso	31/12/2012			31/12/2011		Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Imobilizações em curso	173	-	173	169	-	
Terrenos	6	-	6	6	-	
Edificações	552	(105)	447	52	4%	
Instalações	1.203	(726)	477	486	10%	
Móveis e equipamentos de uso	906	(339)	567	411	10%	
Sistema de comunicação	38	(13)	25	30	10%	
Sistema de processamento de dados	996	(604)	392	384	20%	
Sistema de segurança	56	(20)	36	24	10%	
Sistema de transporte	-	-	-	-	20%	
Total	3.930	(1.807)	2.123	1.562		

valores em milhares de Reais

Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

Intangível	31/12/2012			31/12/2011	
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Intangível	1.181	(482)	699		575
Investimentos Confederação	1.181	(482)	699		575
Total	1.181	(482)	699		575

valores em milhares de Reais

NOTA 08 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2012			31/12/2011	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Recursos do Crédito Rural	5.982	930	6.912		5.764
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.982	930	6.912		5.764
Outros Recursos	10	117	127		125
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	10	117	127		125
Total	5.992	1.047	7.039		5.889

valores em milhares de Reais

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2012			31/12/2011	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Empréstimos no país - outras instituições	128	-	128		832
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	128	-	128		832
Total	128	-	128		832

valores em milhares de Reais

NOTA 10 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2012			31/12/2011	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Cheques administrativos	316	-	316		236
Obrigações por convênios oficiais	2	-	2		1
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	40	-	40		69
Provisão para pagamentos a efetuar	1.386	-	1.386		986
Provisão para passivos contingentes *	231	-	231		133
Credores diversos - país **	662	-	662		561
Total	2.637	-	2.637		1.986

valores em milhares de Reais

* A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 91 mil. A partir deste exercício, as provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., passaram a ser registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 - Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, sendo transferidas da rubrica 1.6.9.40.00-6 em atendimento ao Cosif.

** A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2012	31/12/2011
Sobras de caixa	9	12
Pendência - processos centralizados	6	33
Banco Cooperativo Sicredi S.A. Visa Electron	-	111
Pendências a regularizar	1	41
Credores - Cartões Banco Cooperativo Sicredi S.A.	144	93
Pendências a regularizar - extrato	9	-
Comunicação corporativa - Coop. Central	11	49
Valores custodiados vinculados a operação de crédito	63	-
Consignação crédito folha de pagamento	52	-
Transitória recuperação de crédito	5	-
Obrigações nacionais Redecard - Cartão Sicredi	24	22
Liberção de crédito CDA- Cartão Sicredi	-	2
Transitória - compras Cartão Sicredi Redecard	1	1
Valores a pagar Redecard	-	3
Transitória contas a pagar local - Terminal Financeiro	2	3
Estabelecimento credenciado - Cartão Múltiplo	1	-
Compras cartão múltiplo - Cooperativas	3	3
Saques nacionais Tecban a liquidar	7	-
Contas a pagar - empresas do grupo	178	56
Contas a pagar - demais fornecedores	146	132
Total	662	561

valores em milhares de Reais

NOTA 11 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período - 01/01/2012	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período - 31/12/2012
Trabalhista	130	11	(3)	138
Cível	-	2	-	2
Total	130	13	(3)	140

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisonado Saldo em 31/12/2012	Valor Provisonado Saldo em 31/12/2011
Trabalhista	Provável	138	138	130
Trabalhista	Possível	93	-	-
Cível	Provável	2	2	-
Cível	Possível	5	-	-
Total		238	140	130

valores em milhares de Reais

NOTA 12 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2012	31/12/2011
Garantias prestadas em operações de associados (i)	4.089	2.680
Carta aval / fiança	2.169	20
Consórcio Sicredi	1	1.110
Carteira Habitacional	298	
Moderagro	8	48
Outros programas	1.613	1.502
Total	4.089	2.680

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 13 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2012	31/12/2011
Capital Social	24.553	19.919

valores em milhares de Reais

	31/12/2012	31/12/2011
Total de associados	12.065	9.743

NOTA 14 – JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul - Sicredi Federal MS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,58% em cotas capital, no montante de R\$ 1.425 mil.

NOTA 15 – DESTINAÇÕES

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul - Sicredi Federal MS, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 60% foram destinados para Reserva Legal e 10% para FATES.

NOTA 16 – SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta saldo de R\$ 3.790 mil (R\$ 3.749 mil em dezembro de 2011), sendo que deste valor, R\$ 2.029 mil (R\$ 1.963 mil em dezembro de 2011) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central.

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta saldo de R\$ 4.651 mil (R\$ 4.554 mil em dezembro de 2011), sendo que deste valor, R\$ 1.575 mil (R\$ 1.062 mil em dezembro de 2011) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 478 mil (R\$ 243 mil em dezembro de 2011) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 655 mil (R\$ 511 mil em dezembro de 2011) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central.

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias e alienação fiduciária.

Detalhamento das operações ativas e passivas	31/12/2012	% em relação ao total	31/12/2011
Depósitos à vista	98	0,45%	30
Pessoas físicas	98		30
Depósitos a prazo	272	0,61%	265
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	272		265
Operações de crédito	436	0,57%	142

valores em milhares de Reais

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade.

Benefícios	31/12/2012	31/12/2011
Pessoas chave da administração*	381	320

valores em milhares de Reais

* A partir deste exercício, alteramos o critério referente aos cargos considerados como pessoas chave da administração onde estamos considerando os cargos de Presidente, Vice-Presidente ou outros que venham a substituir os mesmos no que diz respeito a definição de pessoas chave da administração, conforme o parágrafo anterior.

NOTA 20 – COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes ativos:

Caixa e equivalentes de caixa	Inicial: 01/01/2012	Final: 31/12/2012	Varição
Caixa	1.422	1.670	248
Cotas de fundo referenciado	110	-	(110)
Centralização financeira em Cooperativa Central	16.941	30.993	14.052
Total	18.473	32.663	14.190

valores em milhares de Reais

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- Ter como finalidade atender compromissos de curto prazo;
- Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- Ter prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias na data da aquisição.

NOTA 21 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2012, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 22 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

Celso Ramos Régis
Presidente
CPF: 204.028.301-30

Ivan Fernandes Pires Junior
Diretor Administrativo
CPF: 172.152.261-15

Altair Gonçalves
Contador
CPF: N.º : 614.356.511-20 • CRC N.º : 007708/0-1 /MS

6 - PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE (*)

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, Administração e Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul
Campo Grande - MS

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre (RS), 27 de fevereiro de 2013.



Luciano Gomes dos Santos
Contador - CRC- RS 059.628/O-2 S - MS
CNAI 3087

7 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

SICREDI Federal - MS - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais em MS
Conselho Central, Setor Bancário, Cidade Universitária - CEP 24.054-881/0001-22 - NIRE: 54.4.0000157-2, 14399
FONE: (071) 33234600 - CEP 79.075-900 - Campo Grande - MS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Campo Grande - MS, 27 de fevereiro de 2013.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul - Sicredi Federal MS e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Com base nos nossos exames e no Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis dos auditores independentes, emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (Cnac), somos da opinião de que as mencionadas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição.

Atenciosamente,

Alfredo Carvalho do Quadro
Conselheiro

Rildon Vaz da Silva
Conselheiro

Romildo José Dias
Conselheiro

Milhões DE AMIGOS Milhões DE CHANCES PRA GANHAR

Você só tem a ganhar ao participar dela

Que tal ganhar dezenas de prêmios valiosos, tais como: motocicletas, televisores, *ipads* e *notebooks*, entre outros, e economizar com as taxas e tarifas, e ainda receber de volta parte dos resultados auferidos pela Cooperativa no final do ano? A campanha “Milhões de amigos, milhões de chances para ganhar” já está valendo e vai até o dia 13 de dezembro do corrente ano.

A Campanha foi adiada em 2012 e reformulada para melhorar ainda mais

os retornos positivos dos participantes e também para fortalecer o processo de expansão de benefícios sociais da Cooperativa em 2013.

Lembre-se quanto mais você opera com a Cooperativa, mais aumentam as suas chances de ganhar. Quer dizer, você ganha sempre, mas proporcionalmente às suas operações!

Veja mais detalhes sobre o regulamento, datas dos sorteios e a relação completa dos prêmios com os atendentes nas Unidades da Cooperativa ou com o coordenador do seu núcleo cooperativo.



DINHEIRO EXTRA

O que fazer com os cerca de 1,4 milhões de sobras do apurado em 2012? Está perguntando você responderá nas Assembleias do Núcleo Cooperativo a que está vinculado (ver calendário de realização ao lado). Outra boa notícia é que o seu capital pessoal já foi corrigido em 6,58%, conforme o saldo médio do ano, creditado na sua conta capital no final de dezembro/2012.

Com todo esse movimento de restituição e correção, comum em cada fim de período contábil, fica claro que as sobras do que a Cooperativa arrecada durante o ano são divididas entre os seus associados, proporcionalmente ao seu movimento financeiro na instituição.

Isso significa reinvestimento na própria região onde ocorrem as operações e especificamente com os seus geradores, quer dizer, os associados.

Uma beleza de sistema de distribuição de renda.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA DE NÚCLEO (AN)

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados União Mato Grosso do Sul – Sicredi União MS, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, o Regulamento do Programa Pertencer e o Regimento dos Núcleos Cooperativos, convoca os senhores associados, que nesta data somam 12.065 (doze mil e sessenta e cinco) integrantes dos Núcleos a seguir relacionados, para as Assembleias de Núcleos, a serem realizadas nas datas e horários demonstrados abaixo. Em única convocação, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados de cada Núcleo, para apreciarem e deliberarem, enquanto Núcleo, sobre a seguinte ordem do dia:

1) Definir o posicionamento (voto) de cada Núcleo em relação às matérias constantes no Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa, que se realizará no dia 19 de abril de 2013, voto este que será apresentado nesta assembleia pelo Delegado do respectivo Núcleo, nos termos do § 4º do art. 16 do Estatuto Social;

2) Plano de Ação do Núcleo e Assuntos Gerais.

NOME DO NÚCLEO	UNIDADE DE ATENDIMENTO	DATA	HORÁRIO 3ª CONV.	LOCAL
Aquidauana	UFMS	07/03 qui	15 horas	UFMS (Campus Aquidauana) – Unid. 2 Anfiteatro Paulo Correa
Corumbá/interior	UFMS	08/03 sex	08 horas	UFMS (Campus de Corumbá) – Unid. 1
Humanas e Exatas/ UFMS (conjunta)	UFMS	11/03 seg	08 horas	Unidade de Atendimento da UFMS
CCBS / CBC- UFMS (conjunta)				
Morenã – UFMS	UFMS	12/03 ter	08 horas	Sala de Música (Morenã)
Três Lagoas 1 a 7 (conjunta)	Três Lagoas	13/03 qua	19 horas	Unidade de Atendimento de Três Lagoas
Forças armadas (conjunta)	Julio Castilho	18/03 seg	18 horas	Unidade de Atendimento Julio de Castilho
UA Julio de Castilho 1 a 3 (conjunta)				
NHU A, B e C (conjunta)	UFMS	19/03 ter	08 horas	Sala de Educação Continuada HU/UFMS
DTA / DFB- FAODO/UFMS	UFMS	02/04 ter	08 horas	Anfiteatro da FAODO UFMS
Administração/ UFMS				
Aposentados UFMS 1 e 2 (conjunta)	UFMS	26/03 ter	08 horas	Armazém Sicredi
Saúde/Pq Poderes Centro	Centro	01/04 seg	15 horas	Auditório da Funasa Rua Jornalista Belizário de Lima, 263
Servidores Centro (conjunta)	Centro	03/04 qua	18 horas	Unidade de Atendimento do Centro
UA Centro 1 a 6 (conjunta)				
FAMEZ / Lago UFMS	UFMS	04/04 qui	14 horas	FAMEZ
UA UFMS 1 a 5 (conjunta)	UFMS	10/04 qua	18 horas	Unidade de Atendimento da UFMS
IMBIRUSSU 1 e 2 (conjunta)	IMBIRUSSU	11/04 qui	18 horas	Unidade de Atendimento Imbirussu

Campo Grande/MS, 25 de fevereiro de 2013.

Celso Ramos Régis
Presidente